



**ATA DESCRITIVA DA XV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH**

1
2
3
4 Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro de 2014, por volta das 09h00, no auditório da
5 Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, situado à Av. Cruz Cabugá, nº 1111 – Santo Amaro –
6 Recife/PE, presentes os Conselheiros regularmente convocados, Pediu a palavra o Secretário
7 Executivo de Coordenação da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, **Almir Cirilo**, que comunica
8 todos: “Bom dia a todos, eu **estou aqui representando o Secretário João Bosco (Presidente deste**
9 **Conselho), e o Secretário Hélio Gurgel está substituindo a Dra. Débora Mendes (Secretária**
10 **Executiva do CRH), que se encontra em férias.** Então, hoje nós vamos iniciar a pauta da nossa XV
11 Reunião Extraordinária, com dois assuntos que devem ser discutidos. Nós vamos começar pelo
12 assunto mais breve, e em seguida passamos para apresentação da discussão sobre o Programa Água
13 Doce, em Pernambuco – PAD/PE. Então, eu passo a palavra para **Dr. Hélio Gurgel** para conduzir os
14 trabalhos”. **Hélio Gurgel (Secretário Executivo de Recursos Naturais):** “Bom dia a todos e a todas,
15 satisfação em encontrá-los aqui novamente. Na pauta dessa Reunião Extraordinária nós temos aqui
16 dois assuntos que foram objeto, inclusive, do Grupo de Estudo que os acompanhou. Nós temos aqui
17 um dos membros do estudo que foi Dr. Mauro Lacerda, e que dentro desses dois assuntos, o
18 primeiro deles, por não poder ter sido atendido hoje, que é a solicitação do Fórum Estadual de
19 Comitês de Bacias Hidrográficas - FECOBH, de integrar o Conselho, este Colegiado, representando os
20 Comitês de Bacias, mas que pelas informações preliminares, carece de legalidade para exercer isso.
21 Então, eu gostaria de passar para Dr. Mauro, para que ele já relatasse essa questão, que está na
22 pauta de todos, como o item dois, que é a apresentação do FECOBH. Dr. Mauro, por favor”. **Mauro**
23 **Lacerda (Gerente Geral de Sistemas Rurais da SEINFRA):** “Bom dia a todos. Um dos assuntos que
24 ficou para ser discutido, oriundo da Reunião Ordinária passada, foi a questão solicitada pelo FECOBH.
25 Tinha sido colocado na Pauta que o FECOBH queria solicitar ao Conselho para passar a ser o
26 representante dos Conselhos e Comitês de Bacias, no Conselho. No Grupo de Trabalho, nós nos
27 reunimos na quinta-feira passada (dia 18/12/14) e discutimos a situação, em que verificou-se o
28 seguinte: O FECOBH carece ainda de um desenvolvimento organizacional. Ele precisa criar os seus
29 próprios instrumentos para poder se tornar representativo. Então, **a conclusão que o grupo chegou**
30 **foi que a solicitação deve ser retirada da pauta e que, em momento oportuno, quando o FECOBH**
31 **tiver condições de ser ente representativo, isso vai ser solicitado a entrar na pauta,** e aí sim,
32 passaremos a discutir sobre esse assunto”. **Dr. Hélio Gurgel:** “Obrigado, Dr. Mauro. Portanto, me
33 parece que essa deficiência legal, incapacita o FECOBH de pleitear essa condição. Evidente que o
34 Conselho estará fazendo a orientação para que ele se aparelhe adequadamente. Deem uma entrada
35 formal ao Conselho e proponho que seja aprovada a Moção de adiamento dessa questão, até que
36 com essa exigência, para que o FECOBH venha a apresentar. Alguma objeção? Podemos passar, uma
37 vez invertida a pauta e resolvido o item dois, para a questão da apresentação da Secretaria de
38 Agricultura e Reforma Agrária - SARA, da votação, que é a questão do Programa Água Doce, dos
39 dessalinizadores, que foi um dos objetos de estudo do Grupo de Trabalho que aqui se reuniu e temos
40 como o relator dessa questão, Dr. Bartolomeu Vieira de Melo (da Secretaria de Agricultura e Reforma
41 Agrária – SARA), que fará a sua apresentação sobre o assunto. Dr. Bartolomeu, por favor”. Pede a
42 palavra **Mauro Lacerda (Gerente Geral de Sistemas Rurais da SEINFRA):** “Eu gostaria também, nesse
43 assunto, fazer uma breve introdução. Esse Grupo de Trabalho se reuniu na terça-feira passada (dia
44 16/12/14), eu também participei, em que esteve presentes 03 (três) Conselheiros e o Grupo do Água
45 Doce. E nele, nós discutimos, mais à fundo, as questões que foram levantadas na Reunião Ordinária,
46 de duas semanas atrás. Um ponto importante pra ressaltar - vai ser feito uma apresentação breve,
47 rápida e objetiva, só para situar as informações. Mas já adiantando, mais ou menos, o que foi tratado
48 e que se colocou, e foi entendido, é que **o Plano Estadual apresentado, foi um plano que foi**
49 **elaborado em 2010 - com uma previsão de cinco anos de execução e que ele serviu, mas era**
50 **apenas um plano, não era um Convênio com recursos definidos. Era um plano para ir em busca de**

51 recursos. Então, esse plano foi feito e preparado com objetivos, metas, custos, cronogramas e foi-
52 se em busca de recursos. *Esses recursos, efetivamente, só foram disponibilizados, só foi*
53 *efetivamente agora colocado, para desenvolver as ações, nesse ano de 2014, através de um*
54 *Convênio, que a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) conseguiu, através do*
55 *Ministério do Meio Ambiente (MMA) - pelo Programa Água Doce e o Programa Água Para Todos.*
56 **Efetivamente, a execução do plano está basicamente sendo iniciada agora.** Houve já algumas ações
57 do Programa Água Doce nesse período, mas foram ações pequenas e pontuais, com captação de
58 recursos feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). **E agora, com esse recurso, da ordem de R\$**
59 **36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) é que se vai iniciar suas metas.** Um dos pré-requisitos
60 desse Convênio é que o plano seja aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e
61 pelo Conselho do Meio Ambiente (CONSEMA/PE). Na nossa discussão eu acho que ficou claro isso,
62 que o plano, apesar de ter sido de 2010, efetivamente, está se iniciando agora em 2014. Então, a
63 execução dele se prevê que vá até mais ou menos 2019. Como inicialmente, ele era de 2010 a 2015,
64 está previsto para o ano que vem, provavelmente no segundo semestre de 2015, uma revisão, uma
65 atualização, para a expansão do Programa. Outros pontos, tocados nessa reunião, refletem as
66 questões, as preocupações, em relação à sustentabilidade desses Sistemas de Dessalinização. O
67 Programa Água Doce, tem uma vertente relacionada, a partir de mobilização social e
68 sustentabilidade ambiental, que são argumentos para exatamente, tentar criar condições para que
69 esses sistemas tenham sustentabilidade e, além disso, outro ponto levantado, em relação à
70 sustentabilidade, era a questão das manutenções dos sistemas. Eu também apresentei a questão -
71 que já, aqui na Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), antes, Secretaria de Recursos Hídricos e
72 Energéticos (SRHE), nós já vínhamos tendo Contratos de Manutenção, há mais de quatro anos a
73 gente tem, rotineiramente, Contratos de Manutenção de Dessalinizadores. Exatamente dá a
74 condição, talvez seja o ponto mais delicado, que seja a questão da manutenção desses sistemas.
75 Então, isso também é uma forma de garantir, inclusive essa manutenção, é feita com recursos do
76 FEHIDRO. A gente tentou fazer uma forma de sempre ter recursos do FEHIDRO para a manutenção
77 contínua. O nosso Contrato atual, foi previsto um ano e renovável até 05 (cinco) anos. Então, a gente
78 tem a possibilidade de ter um Contrato de cinco anos de manutenção contínua. Então, isso pelo
79 menos dá uma garantia de sustentabilidade. Basicamente, foram esses pontos focados na reunião do
80 Grupo de Trabalho. Eu vou passar para **Bartolomeu Vieira (da SEAF/SARA - Coordenador do**
81 **PAD/PE) e Alexandre Moura (do DNOCS - Coordenação Nacional do PAD)**, para apresentação
82 e alguma discussão, e depois se alguém do grupo quiser fazer alguma declaração. Muito obrigado”.
83 **Bartolomeu Vieira (Da SEAF/SARA - Coordenador do PAD/PE):** “Bom dia a todos e a todas. Estamos
84 aqui novamente e é uma satisfação. Nosso objetivo é submeter à apreciação deste Conselho, o **Plano**
85 **Estadual do Programa Água Doce (PAD/PE)**. No Plano Estadual, como Mauro já falou muito bem, ele
86 foi criado em 2009 e a sua vigência, iniciou-se em 2010. Esse plano prevê ações, o objetivo seria
87 assim: **O plano é um instrumento, que é indispensável para o Programa Água Doce Nacional, para**
88 **poder implantar as suas ações nos Estados.** Sem o Plano Estadual, não é possível que o Programa
89 Água Doce, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), implante e repasse recursos para a execução de
90 ações nos Estados. Isso não quer dizer que o plano estabelece metas, que necessariamente serão
91 cumpridas, naqueles exatos termos. Ou seja, o plano é um instrumento que valida as ações dos
92 Programas Água Doce nos estados, mas não quer dizer que aquelas ações ou só aquelas ações serão
93 realizadas. É uma previsão, uma estimativa, de que em um determinado Estado, no caso aqui em
94 Pernambuco, essas ações, que são voltadas para o Programa Água Doce, podem ser realizadas. E aí o
95 plano, como acontece em todos os planos, ele não é exaustivo. Ele também não restringe outras
96 ações, ou estabelece parâmetros mínimos ou máximos, simplesmente ele demonstra, para uma
97 determinada política pública, que aquelas ações constantes ali naquele plano, elas são factíveis e são
98 possíveis de serem realizadas. Daí vem a dúvida: Porque o Plano Estadual do Programa Água Doce,
99 aqui no estado de Pernambuco, ele não foi submetido a este Conselho em 2010 ou em 2009 -
100 quando foi da sua construção. E só agora, em 2014, quase no final da vigência da sua primeira parte,
101 a vigência de 2010 à 2015, já estamos em 2014, essa primeira vigência. E porque só agora estamos
102 aprovando e submetendo a apreciação deste Conselho e do Conselho do Meio Ambiente? E aí a
103 resposta é o seguinte: Em 2010 quando foi construído, quando iniciou a sua execução, sua vigência,

104 não havia necessidade, a obrigação legal ou contratual, que dissesse, 'é necessário que o programa, o
105 Plano Estadual do Programa Água Doce seja submetido à apreciação do Conselho de Recursos
106 Hídricos (CRH) e do Conselho do Meio Ambiente (CONSEMA/PE)'. Não havia essa previsão! A única
107 previsão que existia era que, para que o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Água
108 Doce, execute ações, repasse recursos, através do Programa Água Doce, para os estados, é
109 necessário existir um plano. Mas esse plano não havia necessidade de ser aprovado. Então, no
110 decorrer desse tempo de 2010 para cá, algumas ações foram realizadas pela Secretaria de Recursos
111 Hídricos, e não necessariamente relacionadas às metas existentes no plano, mas algumas ações
112 foram realizadas, e **só em 2014 foi firmado um Convênio com o Ministério do Meio Ambiente**
113 **(MMA) e a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (SARA), para o**
114 **repasso efetivo de recursos.** Ou seja, desde 2010 até 2014, não foi firmado nenhum Convênio
115 estritamente ligado ao Plano Estadual do Programa Água Doce, em Pernambuco. Foi firmado um
116 Convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos, mas não nos exatos termos. Porque não era
117 obrigado, evidente, e aí ao firmar esse Convênio, a Secretaria de Agricultura e o Ministério do Meio
118 Ambiente (MMA), nos termos do Plano Estadual do Programa Água Doce, numa Cláusula Contratual
119 do Convênio prevê o seguinte: **'que o Plano Estadual do Programa Água Doce, deverá ser**
120 **submetido a apreciação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA/PE) e do Conselho**
121 **Estadual de Recursos Hídricos (CRH), isto só em 2014.** Porque, foi em 2014 que surgiu a obrigação
122 contratual de ser submetido à apreciação dos dois Conselhos, a resposta é essa. Não é porque não
123 foi submetida à apreciação antes, por negligência ou qualquer outro motivo, mas simplesmente
124 **porque não havia essa previsão contratual - que surgiu só em 2014, através do Convênio firmado**
125 **entre a SARA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).** A partir de então, ao firmar o Convênio,
126 passamos então, a submeter o Plano Estadual à apreciação e notificar o Convênio a ambos os
127 Conselhos, ou seja, é necessário que o plano seja aprovado, pelo instrumento contratual ao Convênio
128 firmado, que será executado entre a SARA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Se não for**
129 **aprovado, em nenhum dos Conselhos, simplesmente o Convênio não será executado.** Porque uma
130 das cláusulas que prevê a perfeita execução, a notificação do Convênio e a provação do plano, ela
131 não vai ser atendida por um dos Conselhos ou por nenhum dos Conselhos. No caso do Conselho do
132 Meio Ambiente (CONSEMA/PE) já foi aprovado o plano. E neste momento, submetemos à apreciação
133 deste Conselho para que verifique. É importante salientar que uma das questões, como Mauro muito
134 bem já falou aqui, a questão do prazo, que foi das mais discutidas: Em 2015, será atualizado este
135 plano, porque ele é de 2010 até 2015 e aí o Convênio, ele ultrapassa esse período. Na verdade o
136 Convênio inicial vai também até 2015, sua vigência é até dezembro de 2015. Mas, também prevemos
137 nesse Convênio, que seja aditivado para ampliação das metas, e assim com essa ampliação de metas,
138 e também o Aditivo de Prazo, conseqüentemente, por causa do aumento das metas, que todas as
139 ações e mais algumas, sejam executadas a partir do plano. Ou seja, algumas ações do Plano Estadual,
140 simplesmente, com esse **Convênio de quase R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais)**, elas
141 já são ultrapassadas. Um exemplo é a implantação de Unidades Produtivas: O plano prevê,
142 inicialmente, a implantação de 10 (dez); O Convênio vai implantar o dobro. Esse Convênio atual, irá
143 implantar o dobro, 20 (vinte) Unidades Produtivas. A questão dos Sistemas de Dessalinização: Neste
144 Convênio inicial não atendeu ainda a todos os Sistemas de Dessalinização, mas de Diagnósticos, que
145 é previsto também no plano, já supera em 03 (três) vezes mais, e assim outras metas. Este Convênio,
146 que se inicia a partir de agora, ele já prevê um quantitativo superior ao previsto no plano e isso não
147 quer dizer que o plano se torna inválido, ou mais válido. O plano, simplesmente, valida os
148 investimentos do Governo Federal - através do Programa Água Doce nos Estados. Passo nesse
149 momento a palavra para Alexandre Moura (do DNOCS)". **Alexandre Moura (do DNOCS -**
150 **Coordenação Nacional do PAD):** "Bom dia. Eu acho que aquela primeira reunião, aqui no Conselho,
151 ficou para Bartolomeu a missão muito difícil, que foi tanto apresentar o Programa, como a questão
152 do Convênio e a questão do Plano. Dentro da oportunidade dada na reunião do Grupo de Trabalho
153 (do GT) desse Conselho, que tiveram três representações, tivemos a oportunidade de fazermos uma
154 apresentação mais esclarecedora, em razão da separação desses sistemas. Aqui, queria fazer de
155 forma muito breve, uma apresentação do programa e da questão do plano. O Programa Nacional ele
156 tem como objetivo o estabelecimento de uma política pública de acesso à água de boa qualidade

157 para consumo humano, em uma região delimitada que é o Semiárido Brasileiro, para um público
158 específico, que são as populações difusas das áreas rurais, tendo como base de fonte de água, as
159 águas subterrâneas. Tem um diferencial na atualização do equipamento que é do dessalinizador, a
160 questão da preocupação ambiental, quanto à destinação do concentrado. E tem outra preocupação,
161 que é outro diferencial: É quanto à questão da Gestão Participativa desses sistemas. Bom, o
162 programa foi criado em consonância à deliberação da Conferência Nacional do Meio Ambiente
163 (CNMA), que em muitas vezes é tão cobrada a efetivação daquelas deliberações. ***E uma dessas***
164 ***deliberações - da Conferência do Meio Ambiente (CNMA) foi: 'A utilização das águas subterrâneas***
165 ***para atendimento a esse público, através de uma política pública, das metas do milênio e da***
166 ***política pública de acesso à água'***. O programa se baseia na utilização dessa água subterrânea, na
167 utilização desse equipamento, que é o dessalinizador e, muitas vezes, o foco que dá a visualização
168 desse equipamento é simplesmente que ele é capaz de retirar os sais e oferecer água boa. Mas, além
169 disso, ele elimina micro-organismos. Então, se estabelece no programa, o entendimento que os
170 dessalinizadores passam a ser estações compactas de tratamento de água e isso é uma oportunidade
171 para essas comunidades difusas terem uma água da qualidade que é oferecida por esse
172 equipamento. Talvez a maioria dos Conselheiros entenda o funcionamento do dessalinizador, mas eis
173 aí no slide, de uma maneira esquemática, o que é o funcionamento e a destinação, principalmente,
174 do concentrado. Então, a partir da água do poço, essa água passa por esse equipamento
175 dessalinizador e uma parte dessa água, é processada e se torna água doce - onde existe a retirada
176 dos sais, e uma outra parte, que é chamada de água do concentrado - é que ela tem que ter uma
177 destinação. O programa prevê duas possibilidades de destinação: Uma é a contenção propriamente
178 dita, que é a colocação no tanque e a espera da evaporação e ali você faz com que essa água não
179 tenha uma dispersão no meio ambiente, porque a concentração de sais causa vários prejuízos ao
180 ambiente. O Programa Água Doce estabeleceu outra possibilidade, isso para alguns casos, que é
181 quando se fala das Unidades Demonstrativas ou Unidades Produtivas - que é a utilização da água
182 desse concentrado para a produção, produção de peixe e produção de uma erva chamada erva-sal, a
183 atriplex. Esse modelo de produção é baseado no trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa
184 Agropecuária - EMBRAPA. O Ministério do Meio Ambiente não aplica experiências na comunidade,
185 ele aplica trabalhos técnicos concretizados, confirmados, nas comunidades. Então a EMBRAPA, tem
186 um trabalho, que é a utilização da água do concentrado para produção de peixe, integrado à
187 irrigação da atriplex. E a atriplex é uma forragem que tem um elevado teor de proteínas, que serve
188 para alimentação dos rebanhos, principalmente os caprinos, e dessa forma você consegue completar
189 um ciclo. Então, essas são as duas modalidades: A contenção ou a utilização da água para o sistema
190 produtivo, eis aí no slide, de uma forma ilustrada. A primeira parte é todo aquele sistema
191 esquemático, e finda na contenção do concentrado em tanques. E na parte de baixo, é a utilização
192 dessa água do concentrado para criação de peixes. E nessa renovação da água do peixe, que se tem
193 que renovar minimamente 10% dessa água por dia, essa água que é retirada para renovação é
194 utilizada na irrigação da atriplex. E dessa forma, você depois faz a colheita da atriplex e faz o
195 fornecimento para os rebanhos. Inclusive, só a título de informação, na semana passada, a Unidade
196 Demonstrativa em Ibimirim, teve uma ação que foi o corte e a frenagem da atriplex. Temos uma
197 Unidade Demonstrativa dessa, em pleno funcionamento no município de Ibimirim, na Agrovila 08
198 (oito) do DNOCS. A institucionalidade: O Programa Água Doce está dentro do '*Programa Água Para*
199 *Todos*', que também tem a questão das cisternas e os sistemas simplificados de abastecimento, e por
200 sua vez, dentro do '*Plano Brasil Sem Miséria*'. Gostaria só da gente se ater, só um pouquinho, a esse
201 Quadro Evolutivo, onde o programa inicia com o Projeto e, entre 2005 e 2009, há a Consolidação do
202 Programa e uma preocupação de como se dá uma escala, de uma Política Pública, em toda a Região
203 do Nordeste. E para isso se estabeleceu algumas condições necessárias para o sucesso. Uma, foi a
204 elaboração dos Planos Estaduais do Programa Água Doce. Então, cada estado elaborou seu Plano
205 Estadual, isso que eu queria ressaltar. O plano apresentado aqui, por Bartolomeu, foi um plano
206 elaborado pelo Governo do Estado, à época, era Secretaria de Recursos Hídricos. E esse plano foi
207 uma contratação do próprio Governo do Estado, voltado para essa solicitação do programa, haja
208 vista que a Secretaria de Recursos Hídricos, na época, era Coordenadora do Programa no Estado. A
209 partir dos planos estabelecidos e elaborados, era possível a gente ter uma dimensão de quanto seria

210 necessário, tanto do atendimento à população, quanto do volume que seria necessário. E pra isso,
211 iríamos atrás, isso independente de ser Governo Federal ou o próprio Governo do Estado, teria um
212 documento, um elemento de obtenção de recursos, era uma referência para obtenção de recursos,
213 quando se chega de 2010 para frente. Então foi elaborado em 2009, os Planos, e apresentados.
214 Alguns Estados, inclusive apresentaram de 2010 para 2019, e é o que a gente vai ver na capa de um
215 documento do Ministério do Meio Ambiente, que tem Resumo dos Planos Executivos e Estaduais de
216 2010 à 2019. Este Plano, elaborado pelo Governo do Estado, foi apresentado ao Secretário, na época,
217 e a toda a sua equipe. O Plano tinha sido apresentado a Secretaria e nós tivemos, obviamente, o
218 acompanhamento dessa apresentação. O programa é composto por componentes que vai da
219 *Sustentabilidade Ambiental, Mobilização Social, Sistemas de Dessalinização e Sistemas Produtivos*.
220 Tem um Arranjo Institucional, que eu queria só destacar: Que o Núcleo Estadual existe, e é instituído
221 formalmente, através de publicações, inclusive no Diário Oficial, e ele tem funcionado. Ele funciona e
222 hoje está sob à Coordenação da Secretaria de Agricultura - que também foi a decisão do Governo do
223 Estado, atribuir à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA a Coordenação. Então,
224 atualmente o Programa Água Doce está sob a Coordenação da Secretaria de Agricultura. A
225 Composição do Núcleo tem várias instituições: DNOCS, CODEVASF, CPRM, SEINFRA e tantas outras
226 instituições. Sobre a execução, nós temos um Plano de Execução dentro dos planos, que tem três
227 fases, e a Primeira Fase é diagnóstico; a Segunda Fase: Recuperação e Implantação e a Terceira Fase
228 é o Monitoramento e Manutenção. Queria destacar que na fase de diagnóstico nós temos uma
229 escala, uma proporção de fazermos diagnósticos, fazermos três diagnósticos. Isso esclarecendo, foi
230 uma dúvida também tirada no Grupo de Trabalho: Não são 03 (três) diagnósticos em uma
231 comunidade. São três comunidades diagnosticadas, para que possamos escolher, dentre elas, que é
232 o próprio Núcleo que vai escolher uma delas. Nesse diagnóstico, estão sendo feitos diagnósticos,
233 antes nunca sido observados, e nunca tinham sido feito antes. Por exemplos: A questão do teste da
234 vazão, a qualidade da água, a questão socioambiental, as fontes existentes e, inclusive, os acessos.
235 Então, todos esses levantamentos são feitos no diagnóstico. As empresas contratadas para realização
236 desse diagnóstico apresentam, minimamente, um documento que tem toda essa composição. Então,
237 isso oferece - além de uma ferramenta de execução, de planejamento de execução para o programa
238 - uma possibilidade da gestão, tanto estadual como as municipais, terem essa documentação como
239 referência para execução de outros programas. Outro esclarecimento: Que a comunidade não
240 atendida naquele instante, tem a possibilidade de ser atendida em um outro momento, porque o
241 diagnóstico daquela comunidade foi feito. Outra questão: A empresa que faz o diagnóstico tem a
242 obrigatoriedade de fazer o Projeto Executivo da Instalação do Sistema, ou seja, todas as
243 comunidades diagnosticadas e escolhidas, já têm de imediato, um Projeto Executivo de Instalação
244 dos Dessalinizadores. Isso faz com que avancemos muito e não precisamos esperar a elaboração de
245 um Projeto Executivo. Então, na Fase do Diagnóstico, na entrega do diagnóstico, já tem também os
246 projetinhos executivos, de cada localidade. Em cada fase, todos os componentes interagem e agem
247 de forma sintonizada. Ai no slide, estão os dois documentos de referência do Programa Água Doce:
248 Um, é um Plano, que aqui tem a capa do '*Resumo Executivo dos Planos Estaduais*' e, lembrando, que
249 ele está de 2010 à 2019 e tem um '*Documento Base*', que são as referências dos projetos. Aqui tem
250 uma relação dentro do plano. Aqui só tenho a relação ou sumário, que existe dentro do plano e não
251 vai ser necessário a gente fazer a leitura - até porque todos os Conselheiros devem ter recebido. Um
252 plano bem elaborado e que nele constam referências, como a população do semiárido
253 pernambucano, o percentual dessa população do semiárido, em relação à existência na área rural.
254 Dentro do documento nós estabelecemos uma Comissão, um índice, para que houvesse a
255 possibilidade de fazer a seleção de municípios, de uma forma técnica, e foi criado o índice de acesso
256 à água - que estabelece, a partir de determinados parâmetros, tais como Pluviometria e Índice de
257 Desenvolvimento Humano – IDH, Mortalidade Infantil e Intensidade de Pobreza - um ranking de
258 municípios a serem prioritários, dando atendimento do programa. A partir daqueles condicionantes,
259 o Índice Social e Índice Ambiental, cruzados, tem o Índice Socioambiental - e o ranking de alguns
260 municípios estabelecidos pelo Índice de Criticidade e esse é um zoneamento, a partir daquelas
261 informações tabuladas. Os Aspectos Tratados Pelo Plano: Trata da **Recuperação** de sistemas já
262 existentes, de Adequação de sistemas em funcionamento. Temos vários sistemas em funcionamento,

263 mas sem a preocupação, quanto à destinação do concentrado. Então, aquelas duas possibilidades,
264 tanto haver contenção - através dos tanques de concentrados, como da utilização do concentrado,
265 **Ampliação** do número de sistemas já existentes e **Qualificação**. A qualificação passa pela
266 qualificação dos operadores, que muitas vezes não se tem, e isso causa um problema de imediato.
267 Temos experiência em vários estados, pois depois da instalação dos Sistemas de Dessalinização, em
268 menos de duas ou três semanas, o equipamento está sem funcionar, quebrado, porque ele é muito
269 simples e complexo na sua concepção. Por isso na sua operação ele é relativamente simples, mas
270 precisa ter esses cuidados. Então, essa qualificação do operador é necessária, também está prevista
271 no atendimento, dentro do Plano. É como as palestras para as comunidades: Não basta a
272 comunidade ter acesso à água do chafariz, a água potável, a partir dali, e ela não saber tratar e
273 manter essa qualidade de água, a partir, tanto do deslocamento até as suas residências, como do
274 acondicionamento dessa água nas suas casas. Então, essas palestras são esclarecedoras para que a
275 população opte por uma melhor maneira de se utilizar da água que está sendo oferecida de boa
276 qualidade. As Metas do Plano, no final, é *atender a 500 (quinhentas) comunidades dentro dessas*
277 *modalidades* ai, de recuperação, construção de tanques. Mais quinhentos sistemas sendo atendidos,
278 significam quinhentas comunidades. A População Estimada a ser Beneficiada é de 360.000 (trezentos
279 e sessenta mil) pessoas, com um Percentual de, aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento)
280 daquela população do Semiárido. O que está previsto no plano é o Orçamento, na ordem de R\$
281 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) e esse investimento, dividido pelo número estimado
282 de pessoas atendidas, daria um Custo de Investimento por Pessoa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por
283 pessoa. O plano está estruturado, tem uma das partes dele, tem as suas metas, as unidades, as
284 quantidades, os valores unitários e os valores totais. Isso também está no documento que os
285 senhores e senhoras tiveram acesso. O Orçamento por Origem de Recursos, é uma dimensão do total
286 e do que o Governo do Estado teria que planejar para obter esse recurso da Contrapartida, que seria
287 nessa ordem de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). Aqui o Cronograma de
288 Execução. Eu acho que essa foi a parte em que nós tivemos de fazer os esclarecimentos, mais
289 aprofundados, em termo de discussões. Dentro do Grupo de Trabalho não houve nenhum
290 questionamento sobre quantitativos de meta, quantitativos de valores, mas sim, quanto a essa
291 questão que levou a esse aprofundamento dessa discussão, que era o Prazo de Execução do Plano,
292 Porque de 2010 até 2014? E porque ele só foi trazido a apresentação dos Conselhos em 2014? Daí,
293 tanto o Mauro como o Bartolomeu, já fizeram alguns esclarecimentos, acho que suficientes.
294 Lembrando, reforçando, que o Plano foi elaborado em 2009, apresentado de 2010 a 2015, como
295 período de execução, e foi apresentado a Secretaria de Recursos Hídricos, ele está em vigência,
296 porque se ele está até 2015 ele está em vigência. Dentro das discussões do Grupo de Trabalho, foi
297 sugerido para ser trazida aqui, a possibilidade de a gente fazer uma adequação, simplesmente, de
298 cronograma. Jogar tudo que deixou de ser feito para frente, mas queria lembrar que os Convênios -
299 já realizados ou em fase de execução - todos eles foram voltados e planejados, pensados, baseados
300 no Plano Estadual. Então, o significado de fazer esse remanejamento de data, já estava sendo
301 prevista a partir de 2015, em meados, para finalização de 2015 - com uma nova projeção, tanto de
302 prazo, como estabelecimento de novas metas. Até porque achamos que vamos precisar aumentar o
303 número de dessalinizadores, diante do que foi, inclusive, reafirmado aqui na última reunião do
304 balanço desse Conselho. Então, aqui só trazer a possibilidade em 2015, ali era 2010, 2014 -
305 anteriormente, e aqui é uma proposta trazida para o Grupo de Trabalho: Que as datas fossem a
306 partir de 2015 para frente, e em 2015, a gente faria novamente uma revisão e ai seria a revisão de
307 metas, novos prazos e valores, obviamente - se a gente aumenta metas, teria apresentação de novos
308 valores. Então, aqui seriam todas as metas estabelecidas no plano original, em vigência, só se
309 estabelecendo um novo cronograma e algumas considerações. **O Plano Estadual apresentado tem**
310 **vigência até 2015, ou seja, ele tem vigência. As metas estão estabelecidas e o seu principal**
311 **conteúdo - que são os objetivos e metas e o cronograma - a gente adéqua.** Porque eu acho que a
312 proposta que estamos trazendo aqui, a partir das recomendações do Grupo de Trabalho. **O Plano é**
313 **um instrumento de obtenção de recursos e o Plano pode, e deve ser revisto (previsão: meados de**
314 **2015) e os Convênios foram baseados no Plano.**Bom, eu acho que era isso, de forma sucinta, que eu
315 queria trazer e agora passo a palavra para Mauro. Obrigado”. **Almir Cirilo:** “Eu gostaria de fazer um

316 breve comentário, apenas para posicionar esse programa em relação ao Programa do Estado, de
317 dessalinização. Originariamente, todo o programa de dessalinização acontecia aqui, na época,
318 Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – SRHE. Então, nós tínhamos duas vertentes, uma que
319 é conduzida direto para o Estado, e que continua a acontecer, e que tem sido apresentada todos os
320 semestres aqui para os senhores, sobre a condução da equipe do Dr. Mauro Lacerda. Então, O nosso
321 Programa de Dessalinização vai continuar existindo normalmente, e ele tem uma diferença em
322 relação ao que foi apresentado no Água Doce, é que na verdade, embora as premissas de
323 abastecimento da população e as premissas ambientais sejam igualmente respeitadas, nós
324 constatamos, quando na negociação com o Ministério do Meio Ambiente, que os objetivos deles
325 transcendiam as atribuições da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – SRHE, dado que havia
326 lá, uma intenção - associada a dessalinização - acontecer um Programa de Produção. Programa de
327 produção de forrageiras, como foi apresentado aqui através da atríplex e, principalmente, da
328 piscicultura. Então, nós ainda tocamos o programa um tempo, mas depois entendemos que essas
329 atribuições ficariam mais aproveitadas, e poderiam ser melhor executadas, pela Agricultura, em
330 função dessa característica de produção. De forma que, em Brasília, nós repassamos o Convênio para
331 a Secretaria de Agricultura e como foi afirmado aqui pelos companheiros, tudo isso foi em uma Fase
332 de Planejamento, dado que apenas dois Sistemas Experimentais foram implantados no Estado e nós
333 continuamos a executar o nosso programa de dessalinização, que tem sido aqui apresentado para os
334 senhores todos os anos, com a Meta de chegarmos ai ao final da próxima Gestão a 750 (setecentos e
335 cinquenta) sistemas de dessalinização implantados no Estado. Hoje nós temos uns 200 (duzentos),
336 mais outros 250 (duzentos e cinquenta) contratados/em execução. Então, esperamos ao final de
337 2015, que a Secretaria esteja mantendo 450 (quatrocentos e cinquenta) sistemas de dessalinização,
338 continuamente. Esse programa como foi ressaltado aqui, brevemente por Mauro, ele contempla uma
339 manutenção preventiva e corretiva, continuada. Porque a história da dessalinização no Nordeste tem
340 mostrado ‘altos e baixos’, sempre por conta da manutenção. Houve diversas iniciativas, em diversos
341 Estados, inclusive em Pernambuco - no final do Governo Arraes - nós deixamos uma quantidade
342 expressiva de dessalinizadores operando e, como não havia uma preocupação do Estado, nem em
343 fazer a operação e nem promover uma melhor capacitação dos usuários e uma inserção das
344 Prefeituras nesse projeto, muitos desses sistemas foram sendo abandonados ao longo do tempo.
345 Hoje, a nossa percepção é que isso é um programa extremamente importante para atender a
346 população difusa, com tudo que foi aqui apresentado, porque é uma fonte segura de água doce e
347 tem dificuldades, que nós já detectamos, e temos trabalhado nesse contexto. O Programa Água Doce
348 tem um diferencial: Essa inserção da população no ‘osso’ dos rejeitos. Por isso ele é mais restrito, ele
349 se resume a uma quantidade menor de ações implementadas, enquanto que nosso programa é um
350 programa mais maciço - de levar e implantar, às vezes, sistemas menores, para uma quantidade
351 maior de pessoas - que estão distribuídas ao longo do nosso território. Então, é só para pontuar uma
352 aparente duplicidade de esforços, mas que se coordenam numa mesma direção, que é efetivamente,
353 atender uma quantidade maior de pessoas no nosso Estado”. Passando a palavra para **Hélio Gurgel**
354 **(Secretário Executivo de Recursos Naturais da SEINFRA)**: “Obrigado, Dr. Almir! Na continuação da
355 discussão, me parece que, conforme Dr. Mauro colocou, o grupo queria também se explicar. Nós
356 temos ai o professor que queria falar disso, que queria se manifestar. **Dr. Waldir**, por favor! Eu só
357 peço a todos: Como a ata está sendo gravada, quando as pessoas forem falar, sei que o Dr. Waldir
358 todos já conhecem, mas que todos pronuncie o seu nome e a entidade que representa, pra facilitar a
359 transcrição da ata. Obrigado!”. Conselheiro **Waldir Duarte Costa (ABAS)**: “Bom dia a todos. Na
360 realidade, eu fui responsável, praticamente, pelo menos quando se iniciou a discussão do projeto e
361 contestei inicialmente, a apresentação desse projeto, principalmente por causa do Cronograma. Eu
362 já jamais fui contrário às metas e isso eu enfatizei aqui nesse Conselho. Enfatizei também na reunião
363 que eu participei da Comissão: Já jamais fui contrário às metas e aos objetivos da pesquisa. Apenas me
364 posicionei contrário a que viéssemos aprovar um plano, que teria começado em 2010, e onde, de
365 acordo com o Cronograma, já tinha sido executado 83% (oitenta e três por cento) do orçamento de
366 R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais). Então, como é que iríamos aprovar um plano, já
367 iniciado há quatro anos, sem se ter nenhuma notícia sobre a execução do plano? Por isso foi o meu
368 ponto de vista. Eu fiz alguns comentários também que são, nessa altura irrelevantes, e foi sobre

369 algumas colocações, algumas assertivas no texto do plano, que são absolutamente incorretas. Por
370 exemplo: O que falou que direcionou *que 'o poço de maior vazão era de 30.000 (trinta mil) litros na*
371 *Comunidade de Fátima'*, quando se sabe que ***o poço da Comunidade de Fátima tem vazão de***
372 ***200.000 (duzentos mil) litros por hora, no município de Jatobá.*** Quando se colocou que *'na Bacia do*
373 ***Paraíba tinha 274 (duzentos e setenta e quatro) poços'*, e registrados, ***tem mais de 10.000 (dez mil)***
374 ***poços.*** Quando se colocou que *'o Nordeste tinha 90% (noventa por cento) de água cristalina'*, quando
375 ***só tem 55% (cinquenta e cinco por cento) de água cristalina.*** Então, essas coisas estão erradas. O
376 interessante é que, no futuro, vocês dessem uma olhada melhor para corrigir esses erros. Para um
377 leigo passa despercebido. Então, o Núcleo de Geologia vai anotar esses erros marcados. Isso ai não
378 impede a aprovação do plano, de maneira nenhuma. Então, durante a reunião do grupo, do qual eu
379 fiz parte, foi levantado todos os aspectos e foi abordado todas as questões, que agora foi
380 apresentado aqui, e inclusive foi esclarecido um aspecto que eu desconhecia completamente, é que
381 o plano - que era para ser iniciado em 2010, ***não tinha sido gasto nenhum centavo até agora.*** Então,
382 é claro que o plano não veio de 2010 a 2015. Com a minha proposta, que apresentei agora, é que o
383 **plano seria de 2015 a 2019.** É a maneira mais correta de ser apresentado o plano, pois já que você
384 vai aprovar aqui o plano, que não se iniciou ainda. Apenas ***começou agora no final de ano, a***
385 ***licitação para contratar empresas, para fazer os diagnósticos e fazer a gestão do plano.*** Então, ele
386 só vai começar, efetivamente, em 2015. Então, essa proposta que nós apresentamos, que foi agora
387 colocada ali, que eu acho perfeitamente válida, e estou plenamente de acordo com sua aprovação.
388 Obrigado". **Hélio Gurgel (Secretário Executivo de Recursos Naturais):** "Continua em aberto a palavra
389 para quem quiser fazer uso, quem quiser se manifestar sobre a proposta que será, em seguida,
390 votada". Pede a palavra o Conselheiro **Fredi Maia (FIEPE):** "Eu também fiz parte da Comissão. Dr.
391 Waldir já disse, bem claramente, que os questionamentos levantados não foram em relação às metas
392 e nem aos objetivos. Isso ai todos nós estamos plenamente de acordo. A questão das datas foi
393 contemplada nessa visão e uma preocupação também, que a gente levantou, foi discutida, foi
394 apresentada alguma coisa em relação a isso, mas eu vou relacionar a última fala de **Dr. Almir Cirilo,**
395 que é exatamente assim: ***'Se a população não se impuser, se aonde aquilo vai funcionar, não tiver***
396 ***uma governança adequada, não há como manter o sistema funcionando'***. Então, eu acho que o
397 plano tem uma pequena preocupação com isto, posto que ele não deixa claro como é que vai
398 assegurar que aquele equipamento vai ter condições de ficar funcionando, por conta da
399 complexidade que é mesmo. A coisa não é simples, precisa envolver a Prefeitura, precisa envolver os
400 usuários, um treinamento, uma capacidade de manutenção adequada, para que a coisa funcione.
401 Outra coisa que eu acho, que também não fica muito evidente, e isso deve estar contido dentro da
402 coisa: ***É o monitoramento, o acompanhamento - Como vai ser atingido os objetivos? Como vai ser o***
403 ***monitoramento e acompanhamento disso?*** Era isso, obrigado". Pediu a palavra o Conselheiro **João**
404 **Pessoa de Souza (Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco - FAEPE):** "Bom dia. Eu fico
405 realmente bastante preocupado com essa dualidade de interpretação de gerenciamento dos
406 Sistemas dos Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco. É realmente muito preocupante, porque a
407 gente vê, claramente, que há uma dicotomia, justamente na base mais fraca - colocando para quem
408 está menos qualificado, esse gerenciamento. A nossa Secretaria de Agricultura, que me perdoem os
409 companheiros de lá, não está com a infraestrutura e uma capacidade técnica que tem a Secretaria de
410 Infraestrutura. Essa é que é a grande verdade. A preocupação de Fredi Maia (da FIEPE) demonstra
411 isso bem claramente. ***Quem vai monitorar, quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo?*** Eu não
412 quero ensinar governança a ninguém, mas sinceramente, eu acho muito mais complexo se fazer a
413 instalação e a manutenção de um sistema de filtragem de osmose, do que se fazer posteriormente o
414 uso do rejeito, que é muito mais simples, é uma plantação ou uma criação de peixe, enquanto que o
415 outro, é o sistema completo, difícil de ser conduzida. Ora, eu achava que isso seria muito mais fácil,
416 se isso fosse e ficasse dentro da Secretaria de Infraestrutura e que se fizesse um Convênio com a
417 Secretaria de Agricultura, para tocar essa parte do rejeito, muito mais simples. Porém, a decisão é do
418 Governo, e como eu disse, eu não vou ensinar governança a ninguém, cada um tem suas decisões.
419 Mas eu acredito que essa foi uma maneira esdrúxula de se colocar em mãos, não tão hábeis, um
420 problema que nós, lá no campo, sentimos com muita ênfase, porque a quantidade de poços que não
421 estão funcionando, a quantidade de sistemas que não estão funcionando, é muito grande. Inclusive,**

422 para funcionar eu estou dando o caso aqui, pode registrar, no lugarzinho chamado Beira Mar -
423 Distrito de Pesqueira, fica entre Pesqueira e São Bento do Una. Lá a população teve que se cotizar e
424 pagar para tirar a sua aguinha, possível de beber. Beira Mar, para quem não sabe, fica nas margens
425 do Riacho Liberal - afluente do Rio Ipojuca - que tem um dos maiores índices de salinidade do estado
426 de Pernambuco. Aquela população de Beira Mar está pagando para poder beber uma aguinha mais
427 doce. São coisas assim que nós ficamos com muita dúvida sobre o programa. O programa é
428 meritório? É, isso ninguém pode negar! Agora, o **modus faciendi**, sinceramente. Eu estou com muita
429 dúvida. Obrigado”. É dada a palavra ao Conselheiro **Waldir Duarte (ABAS)**: “Eu discordo um pouco
430 dessa colocação, de que a Secretaria de Agricultura estaria menos qualificada - do ponto de vista
431 pessoal e também de equipamento - do que a Secretaria de Infraestrutura, porque eu acho que
432 nenhuma das duas está bem qualificada. Mas se alguém está pior, eu acho que é a Infraestrutura. E
433 quem perfura o poço? A perfuração do poço é feita pela Secretaria de Agricultura, através do
434 Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA. Então, ninguém melhor do que quem perfura o poço
435 para acompanhar o poço. Desde a sua execução, desde a sua locação, inclusive, que hoje em dia, a
436 quantidade de poços é coisa absurda. Não se loca mais poço, usando tecnologia adequada. Desde a
437 locação, a perfuração, ao monitoramento, a colocação do dessalinizador. Mas tudo isso, quem tem
438 mais condições de fazer, é o IPA, e não a Secretaria de Infraestrutura. Inclusive, até mesmo o
439 programa que aconteceu aqui no Governo de Miguel Arraes, do qual nosso companheiro Almir Cirilo,
440 era Secretário, dirigia a Secretaria, e implantou o Programa de Barragens Subterrâneas, que morreu
441 depois com Jarbas e continuou morto depois, com Eduardo Campos. Eu soube que no ano passado,
442 esse programa, que tinha sido incentivado pelo Governo Federal, foi transferido para a Secretaria de
443 Agricultura. Então, tudo que diz respeito à atuação no campo, no meio rural ou nas comunidades de
444 baixa renda, a população difusa, isso realmente, a meu ver, é atribuição da Secretaria de Agricultura,
445 e não, da Secretaria de Infraestrutura. Por outro lado, eu também queria dizer, só
446 complementando, a distribuição do Água Doce, eu queria que constasse em ata, que houvesse o
447 **compromisso do pessoal, responsável pelo Água Doce, que no próximo ano de 2015, fazer**
448 **realmente a reforma, que foi contratada, para ampliação do programa, que constasse tudo aqui**
449 **para o Conselho, sobre essa reforma**. Obrigado”. Mais uma vez, pediu a palavra o Conselheiro **João**
450 **Pessoa (da FAEPE)**: “Em que pese as poucas palavras do Professor Waldir, eu também não concordo
451 com ele, não. A grande verdade é que nós estamos aqui aprovando um plano e um projeto, que vai
452 ser executado por uma Secretaria, que não é essa Secretaria, em primeiro lugar. Em segundo lugar:
453 Pelo que foi enunciado, o nosso FEHIDRO vai fazer alocação de recursos para manutenção de uma
454 ação da Secretaria da Agricultura, e isso deve ser objeto de um Convênio, pelo menos. Porque vai
455 ficar uma Secretaria repassando recursos para outra. **E quem vai fiscalizar? Quem não vai fiscalizar?**
456 **Quem é que vai apresentar as contas, etc.?** Ora, Recursos Hídricos, pra mim tanto faz o menor poço
457 possível, como os grandes poços, como os grandes açudes. É uma coisa só. Recursos hídricos é uma
458 coisa só. O que houve foi um arranjo no estado de Pernambuco. Essa parte, nunca a Secretaria da
459 Agricultura executou. E eu fui Secretário do Estado, durante quatro anos, no Governo Eraldo Gueiros
460 Leite (1971-1975), e toda essa parte de poços era na Secretaria de **Cairutas** (Secretário de Obras e
461 Serviços Públicos do Estado). Eu bem sabia o que acontecia lá. Isso foi uma arrumação recente, que
462 sinceramente, eu mais uma vez digo, é uma dicotomia sobre um assunto que deveria ser exclusivo da
463 Secretaria de Infraestrutura. Deveria estar tudo aqui, e nada lá no IPA. Quando eu participo do
464 Conselho do IPA, quando a gente chega lá, a gente praticamente não houve falar sobre nada dessas
465 ações de poços. Nada, praticamente nada. Nem pequena açudagem, nem coisa nenhuma. E eu
466 participo de lá”. Pediu a palavra o Conselheiro **Albérico Rocha (Diretor de Infraestrutura Hídrica do**
467 **IPA-SARA)**: “Bom dia a todos e a todas. Gostaria de deixar as coisas bem claras aqui. A parceria que o
468 IPA vai ter com a Secretaria de Agricultura, vai ser a partir de demandas que surgirão da Secretaria de
469 Agricultura, na localização e até mesmo na locação desses poços. A questão de infraestrutura que
470 nós temos feito, por exemplo, no ano passado: Nós **perfuramos 980 (novecentos e oitenta) poços** -
471 atendendo a demanda mais voltada ali ao **Agreste e ao Sertão**. E temos dificuldades de perfuração
472 de poços, claro que temos. Até porque a demanda, hoje, é extremamente complicada e até porque,
473 a gente tem essa ilusão de que o poço vai resolver o problema hídrico, e não vai. A gente tem
474 localidades que necessitam muito de água e que o poço ali, é inviável, pela parte geológica da

475 própria localidade. Na maioria das vezes em que perfuramos poços, são em locais de rochas no
476 cristalino e ai carregadas de sais. Mas, o que o IPA tem feito com esse programa ai, é se colocado à
477 disposição, através da Diretoria para, com parceria da Secretaria de Agricultura, estar apoiando no
478 que for necessário a esse programa. A questão hídrica vem se alastrando de governos e governos. E
479 acredito que nesses últimos 08 (oito) anos, a gente tem evoluído bastante, inclusive na
480 modernização dos equipamentos. **No ano passado, o IPA, junto com a Secretária de Agricultura -**
481 **SARA, adquiriu equipamentos de mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de**
482 **perfuratrizes, tanto na área de sedimento, como na área do cristalino.** Agora não dá para atender
483 na eficiência da demanda que temos. A gente tem as limitações, mas nos colocamos - a parte técnica
484 toda do IPA - dos geólogos aos operadores de sonda - à disposição desse programa, porque
485 entendemos que a Secretaria de Agricultura tem um convívio mais presente com a parte da
486 agricultura. A infraestrutura hídrica tem um trabalho importantíssimo, mas já numa demanda mais
487 urbana. E a nossa, a gente entende que essa questão da agricultura e desse Programa Água Doce
488 está mais voltado ali à questão da agricultura e agricultura familiar”. Usa da palavra o Conselheiro
489 **Umbelino Carvalho (Secretaria Estadual de Saúde):** “Como representante da Secretaria Estadual de
490 Saúde não podia deixar de externar a minha preocupação com um detalhe. Nós estamos vendo ai
491 que os projetos estão sendo executados, muito voltado, direcionado à dessalinização. E ao meu ver,
492 está se associando a ‘dessalinização’ a ‘potabilização’ da água. E a **Portaria nº 2914** é bastante clara
493 quando diz que: **‘Água potável é aquela que atende aos padrões de potabilidade, preconizados**
494 **naquela Legislação e que não oferece risco a saúde’.** Então, já tive oportunidade de visitar alguns
495 dessalinizadores, não sei se implantado pelo Programa Água Doce, mas na ocasião eu não vi, não
496 percebi, senti falta da questão da desinfecção. Estava até falando sobre essa falta. E essa falta da
497 desinfecção, que representa uma segurança microbiológica na água - nesse município, nessa área
498 rural - representou uma internação de algumas pessoas e cerca de 60 (sessenta) casos de diarreia.
499 Então, eu queria colocar isso para os senhores, para que em 2015, a gente também pudesse incluir
500 essa questão da desinfecção, e não apenas, da dessalinização. Se a gente está procurando fornecer
501 água potável para população, então vamos fornecer água potável, e não, ‘dessalinizada’ - porque
502 existe uma diferença”. Usa da palavra a Conselheira **Kátia Távora (do DNOCS):** “Eu queria fazer um
503 comentário a respeito. A minha preocupação é: Existe um programa - Programa Água Doce, que foi a
504 partir de políticas do Governo Federal, que o Governo do Estado de Pernambuco concebeu, é
505 signatário e eu entendo. A partir do momento que houve a aceitação e a elaboração de um plano,
506 esse plano vai reger o programa de dessalinização no Estado, a minha preocupação é como foi
507 colocada aqui. Existem duas entidades ou duas facções dentro do Governo do Estado, trabalhando
508 com dessalinização de água. Um, é a Secretaria de Recursos Hídricos - com uma metodologia que não
509 é do Água Doce; E o Programa Água Doce, através da Secretaria de Agricultura. Então, se existe um
510 plano dentro do estado de Pernambuco, e ele foi elaborado para a dessalinização de água, eu
511 acredito que deveria, dentro do estado de Pernambuco, as ações terem sido subtraídas desse plano,
512 na sua execução. O que me preocupa e isso foi externado aqui, que o Água Doce, tem dois
513 segmentos de grande peso, que diferencia o programa, que seria: A questão da Gestão Social desse
514 sistema, que a gente entende. Então, quando o senhor fala que a comunidade está pagando, ela tem
515 que pagar sim. Ela tem que pagar! Então, esse estudo existe. Qual é o custo dessa água? A população
516 tem que pagar. Se esse custo for tão elevado, que inviabilize ou que a comunidade e o diagnóstico
517 mostrem isso, ai entra a questão de uma participação pública no custeio dessa água. Então, quando a
518 gente fala da Gestão Social passa por ai. A sustentabilidade passa por ai. A gente sabe que isso é um
519 processo que demanda tempo, de um trabalho de capacitação, de um trabalho de convencimento,
520 de conscientização da importância desse sistema, dessa água produzida para essa população - esse é
521 um dos pontos. E o outro ponto é a questão da Sustentabilidade Ambiental, a preocupação com o
522 meio ambiente. Eu não estou falando na questão da destinação do concentrado para produção, eu
523 estou falando da questão ambiental que são os dois segmentos de extrema importância na
524 sustentabilidade desse processo. Então, eu queria até saber se, dentro das ações que a Secretaria de
525 Recursos Hídricos tem desenvolvido nesse sentido, se está sendo observado esses dois pontos?
526 Porque se não, existe uma incoerência dentro do estado de Pernambuco, dentro de um programa,
527 eu não vou chamar de Água Doce, vou chamar um Programa de Dessalinização, que o estado é

528 signatário, dentro de uma metodologia. Era isso que eu queria externar, a minha preocupação, que
529 eu acho que merecia uma discussão interna e merecia, realmente, uma diretriz a ser cumprida
530 dentro do estado de Pernambuco. Obrigada”. Utiliza da palavra, mais uma vez, o Conselheiro **João**
531 **Pessoa (da FAEPE)**: “Eu não sou contra a se cobrar pela água, não! Acho que não ficou bem claro
532 isso. Eu apenas estou dizendo que aquela população está pagando para ter seu benefício. Mas, a
533 minha preocupação, e aí a sua posição foi bem clara, que é a minha preocupação também. **Então,**
534 **porque o FEHIDRO? Eu estou querendo é tirar o recurso do FEHIDRO, da manutenção.** Essa é que é a
535 minha grande batalha aqui. Então, porque se vai se cobrar, como a senhora propõe, porque o
536 FEHIDRO não vai fazer manutenção? A manutenção, então, será paga pelo usuário. Agora eu quero
537 ver se isso, politicamente, vai acontecer”. Mais uma vez, pede a palavra o Prof^o **Waldir Duarte**
538 **(ABAS)**: “Estou totalmente de acordo com a senhora **Kátia Távora (do DNOCS)**, e acho que essa
539 lacuna tem que ser preenchida. Essa falta de diálogo, essa falta de interconexão, entre os gestores da
540 água. Está havendo uma verdadeira confusão, em termos de gestão. Porque a gestão aqui envolve
541 quantidade e qualidade. Quando diz respeito à quantidade, a Secretaria de Recursos Hídricos, que faz
542 parte da Infraestrutura, é que está levando em conta, e está com a maior responsabilidade. Quando
543 se diz respeito à qualidade, a Secretaria de Meio Ambiente, através da Agência Estadual de meio
544 Ambiente - CPRH, é que está com a maior responsabilidade. Mas, a Secretaria de Saúde jamais foi
545 invocada para participar desse contexto - o que deveria ser. Por outro lado também, essa diferença
546 entre o tratamento da água, se é para o consumo humano ou se é para a agricultura, também está
547 sendo tratada de maneira bastante isolada - como o próprio representante da Secretaria de
548 Agricultura falou ‘que a parte de poços, quase que não é tratada pelo Conselho da Secretaria’,
549 porque ela está lá como o filho enjeitado. Então isso aí, tem que ser, realmente, colocado na mesa
550 para discussão, em caráter governamental assim mesmo, entre os Secretários, e tentar fazer uma
551 gestão mais unificada. A meu ver, isso não pode deixar passar. Por outro lado, essa questão da
552 cobrança da água eu também sou plenamente favorável. Tanto é assim, que **quando reformulamos a**
553 **Lei de Águas Subterrâneas, que está na Assembleia para aprovação, nós colocamos nessa nova lei,**
554 **a cobrança pela água subterrânea.** Porque não tem sentido o proprietário – porque fez seu poço -
555 fazer um desperdício total da água, comprometendo a crise. Então, ele vai usar a água, mas vai ter
556 que pagar essa quantidade para o estado - que é o detentor, que é o gestor dos recursos hídricos
557 subterrâneos. Então, da mesma maneira que o proprietário do poço deve pagar, também os
558 contemplados com obras públicas no interior, devem participar também, para valorizar aquela obra.
559 Eu citei aqui o caso das barragens subterrâneas, feitas pelo Governo Arraes - que das 500
560 (quinhentas) que foram construídas, talvez estejam atualmente, 100 (cem) funcionando. Porque
561 foram de graça e não foi valorizada a obra, pelo proprietário. Também tem vários poços, que basta
562 estragar a sola de cata-vento para o poço ficar abandonado, porque o proprietário não quer gastar
563 R\$ 10,00 (dez reais) numa sola de cata-vento. Acha que é obrigação do Governo. Essa política de
564 paternalismo tem que acabar, do contrário, a gestão dos recursos hídricos nunca vai pra frente.
565 Obrigada”. **Almir Cirilo**: “Eu queria trazer algumas respostas às questões que foram aqui levantadas.
566 **Primeiro:** Eu acho que tudo isso que está sendo discutido aqui, é muito importante, mas que seja
567 considerado como uma contribuição para uma ação nova. Vamos lembrar que o Água Doce, na
568 prática não existe. Está começando agora. Tudo que foi dito, tem tempo para estruturar, fazer a
569 gestão integrada e todo o contexto. Então, esse é o primeiro ponto - não há dicotomia porque o
570 programa está nascendo agora, de fato. Então, do ponto de vista de recurso, do ponto de vista de
571 uma ação, digamos mais organizada, porque antes eram ações pontuais. **Segundo: Não haverá**
572 **transferência dos recursos, do FEHIDRO para o Água Doce, pois são dois programas distintos.**
573 Então, o programa que a Secretaria executa, ele é responsável por um conjunto, um universo de
574 dessalinizadores. Os equipamentos que serão instalados aqui no estado, pelo Água Doce são outros.
575 Então, nós temos dois programa complementares, esse é um primeiro ponto, para deixar bem claro
576 nesse sentido. Ações conjugadas haverão. Por exemplo: O Água Doce já financiou, e a gente quer
577 que ele continue a financiar, a implantação de um certo contingente de tanques de rejeitos. É preciso
578 lembrar que quando se começou a fazer dessalinização no Estado, não se tinha preocupação com o
579 rejeito - isso lá de trás. Então, o Água Doce já financiou um conjunto de tanques de rejeitos para
580 implantação, naqueles dessalinizadores que a Secretaria implantou. E a gente vai atrás, até para

581 recuperar o passivo que não foi só da Secretaria. Tem muitos dessalinizadores que foram
582 implantados ao longo dos anos, pelas Prefeituras, que nós temos procurado incorporar dentro de
583 uma nova lógica, de uma lógica mais sustentável com elas, até fazendo Convênios com algumas.
584 Outro dia chegou aqui a **Prefeitura de Cumarú**, que é regida por um médico e trouxe um plano,
585 muito bem estruturado, onde ele monitorava a quantidade e a qualidade da água, tanto do ponto de
586 vista físico-químico, quanto do ponto de vista biológico, e nós ficamos bem impressionados, e
587 fizemos um Convênio com eles, e **hoje os dessalinizadores de Cumarú são administrados pela**
588 **Prefeitura, e não pela Secretaria**. É uma prática, que sempre que houver um parceiro, que tenha
589 condições de fazer o trabalho bem feito, nós vamos fazer esse tipo de cooperação. Ai entra o
590 segundo aspecto que eu queria aqui colocar: A dimensão do problema é grande demais. Nós não
591 podemos achar, e ter essa ambição, que uma única Secretaria, seja ela qual for, vai ter condição de
592 implementar política, e promover todas as ações relacionados a um determinado recurso natural.
593 Então, a questão da água é muito própria nesse sentido, a Secretaria de Infraestrutura tem que
594 cuidar de água para abastecimento humano, em todas as cidades do Estado, do esgotamento
595 sanitário, a questão dos rios urbanos - Eu estou vendo uma série de pessoas que cuidam das
596 questões do Beberibe e, certamente, vão querer se pronunciar no final dessa reunião. É um
597 problema sério, que a gente está tratando, ao longo dessa existência da Secretaria de Recursos
598 Hídricos e suas sucessoras. A questão da energia, a questão da irrigação - que é um universo que
599 ainda está numa situação precária no estado de Pernambuco - precária não, está estacionada e
600 precisa ter o desenvolvimento. A questão da navegação, que está nascendo aqui no Estado, do ponto
601 de vista aqui da Região Metropolitana, e certamente vai precisar nascer, ainda, no São Francisco.
602 Então, a dimensão do problema é muito grande. Eu queria aqui puxar ao entendimento dos
603 senhores, de que é importante que haja múltiplos parceiros para encarar esse desafio. Não vai ser
604 concentrando numa Secretaria 'A', 'B' ou 'C' que a gente vai conseguir avançar de forma adequada.
605 Então, o nosso entendimento é, junto com a Agricultura, porque é necessário sim. Que hajam essas
606 parcerias, e elas não só são, no ponto de vista da água subterrânea. Isso já existe também nos
607 Sistema Simplificados de Abastecimento de Água. A COMPESA não pode ter a pretensão, e muito
608 menos, a capacidade de, no curto prazo, atender a todas as demandas dos pequenos agrupamentos
609 populacionais, que a gente tem por aí. **Um dos grandes desafios, que nós levantamos para o**
610 **próximo Governo é o abastecimento de água regular - não só das cidades, mas dos 703 (setecentos**
611 **e três) Distritos e Povoados que a gente tem ainda. Que está muito, mas muito longe, de se chegar**
612 **a uma solução adequada**. Então, o problema é grande demais e a gente vai ter que, fatalmente, sair
613 dividindo esse bolo, que é pesado - esse fardo, que é pesado, dentro de uma estrutura das diversas
614 Secretarias que puderem fazer isso. Por exemplo: Quem vai cuidar do transporte hidroviário é a
615 Secretaria das Cidades. Assim, da mesma forma, que a gente foi buscar essa parceria com a
616 Agricultura, para avançar nesse contexto. A questão do tratamento, do modelo de gerenciamento,
617 eu queria dizer aos senhores o seguinte: Assim como o Água Doce prevê toda essa mobilização
618 social, a Secretaria de Infraestrutura hoje, ela tem um grupo ainda pequeno, que a gente busca
619 reforçar, que faz permanentemente esse trabalho com as comunidades - estou vendo dois
620 representantes aqui. Então, esse trabalho é feito ao se buscar implantar um dessalinizador: Há toda
621 uma conversa com a comunidade, a uma capacitação do técnico, dos operadores do sistema,
622 também pelas empresas. E nós monitoramos esse trabalho e nós estamos pensando no avanço
623 tecnológico, no curto prazo, que é instalar sistemas de monitoramento, em cada equipamento
624 desses, por sensores, para que a gente possa, não 'online', porque não adianta a gente querer
625 complicar o simples, mas instalar lá - dentro de cada um desses equipamentos - **um datalog** - que
626 colete informações sobre a qualidade das águas e a vazão dos sistemas produtivos, para que
627 sistematicamente, a gente vá lá e instale um computador, traga aquele conjunto de informações e
628 faça aqui a análise operacional daquele sistema. A manutenção é extremamente necessária, porque
629 como eu falei aqui, **é a falta de manutenção que leva ao 'blecaute' desses sistemas**, e isso ainda é
630 um processo caro. E embora nós tenhamos o objetivo, no médio prazo, de promover o pagamento
631 pelo uso da água, e pra isso o primeiro passo foi dado: Todos os equipamentos novos, que estamos
632 instalando, eles têm um sistema eletrônico para, digamos, quantificar a retirada de água. A cobrança
633 ainda não foi institucionalizada, porque a gente precisa fazer um trabalho único. Não adianta alguns

634 equipamentos promoverem a cobrança e outros não. Então, esse é um avanço que a gente tem que
635 construir, junto com o Água Doce, entre o trabalho da Secretaria e o trabalho do Água Doce, para
636 que a gente chegue no momento certo, e faça essa cobrança. Agora isso não vai pagar o sistema! Se
637 os sistemas de abastecimento de água do Sertão são subsidiados, ou seja, quem é que paga o
638 abastecimento da água da Carnaubeira da Penha é o cidadão de Recife, de Caruaru, de Petrolina, das
639 grandes cidades. Porque a receita daquele sistema não é suficiente – está aqui **Sérgio Torres, que é**
640 **da COMPESA**, pra ratificar o que estou dizendo. **Então, não vamos ter a pretensão de imaginar que**
641 **o pequeno usuário, de um sistema de dessalinização, vai conseguir pagar pela água que ele está**
642 **consumindo. O objetivo é muito mais educativo, para que haja uma valorização do processo e uma**
643 **distribuição mais racional da água que é consumida.** Hoje, não é ainda pela cobrança, mas é por um
644 processo de rateio, ou seja, cada família tem direito a tantos litros de água por dia, ou por semana, e
645 assim a gente busca promover essa distribuição mais equitativa. Vamos estar atento à questão
646 biológica - a gente sempre tem essa preocupação, mas vamos. Eu não sei se foi algum equipamento
647 da Secretaria, ou algum desses, que ainda estão com as Prefeituras. Nesse contexto, vamos tomar
648 uma atenção mais particular sobre isso, para ver se tem acontecido. Agora, uma coisa eu lhe garanto:
649 Certamente a quantidade de diarreia da água que as pessoas bebem por ai a fora - que não é do
650 dessalinizador - é milhares de vezes mais frequentes do que a do equipamento, que a gente produz e
651 entrega a água. Mas de toda forma é uma questão que é preciso alentar e ter atenção nesse
652 contexto. Então, são essas as questões que eu queria colocar, de uma maneira geral. Dizer que as
653 contribuições sobre a gestão, devem ser contempladas agora no nascimento do processo, tanto do
654 Água Doce, como do trabalho que já é desenvolvido pela Secretaria, para que a gente faça esse
655 casamento da forma mais adequada, e vá aprendendo com os erros do passado, para construir um
656 desenvolvimento futuro, melhor”. **Hélio Gurgel (Secretário Executivo de Recursos Naturais):** “Bom,
657 enquanto a mesa prepara para expor e submeter à aprovação do Programa Água Doce, eu não
658 poderia deixar de observar a esteira das colocações que o Dr. Almir acaba de fazer. E acompanhando,
659 atentamente, todas as colocações que aqui foram feitas pelos Conselheiros, inclusive, anotei aqui o
660 que a **Conselheira Kátia Távora (do DNOCS)**, secundando até o nosso companheiro **Umbelino**
661 **Carvalho (da Secretaria de Saúde)**, coloca que existe uma preocupação de que é necessário uma
662 diretriz, e com isso ai, ficamos muitos satisfeitos de participarmos aqui, auxiliando e fazendo uma
663 parte dessa organização, que é esse Conselho. Que a gente lembra que este Conselho é um Conselho
664 Deliberativo, garantido por Lei. É um Conselho que pode estabelecer, através de suas Resoluções,
665 através das suas diretivas, aquilo que - como órgão máximo do sistema de recursos hídricos do
666 estado - ele pode ordenar, ele pode estabelecer um Marco Regulatório. Acredito que seja esse o
667 desafio, inclusive para as próximas gestões, porque nós temos acompanhado as mudanças atuais,
668 com muita satisfação, percebendo que essa instância máxima, que são os Conselhos democráticos
669 instalados, e eles continuam fazendo seu papel e trazendo uma preocupação poderosa, para a
670 implementação de políticas públicas, que são implementadas dentro da estrutura organizacional do
671 Estado, independente do encaminhamento do Executivo. E o Executivo se abre, mais uma vez, com o
672 Governo que agora assume, para que se dê continuidade, cumprindo fielmente essas decisões que
673 são feitas aqui. Portanto, essa aprovação que será submetida, do Plano Estadual do Programa Água
674 Doce, será como o Dr. Almir bem lembrou: Um passo necessário e importante para que se crie, para
675 que se comece, e que outras venham, atendendo a essas preocupações, que foram bem colocadas e
676 que devem ser normatizadas, inclusive, não podemos ir contra a norma. Porque se a água é potável -
677 dentro daqueles parâmetros já roteirizados - assim deve ser seguida. Não iria normatizar
678 contrariamente, mas por outro lado, tudo aquilo que venha a somar, deva ser acolhido e
679 desenvolvido, em favor desse programa que vem somar a um Programa Estadual”. Passa a palavra ao
680 Conselheiro **João Pessoa (da FAEPE):** “Não ficou bem claro o *modus faciendi* da propositura e do
681 processamento desse Plano. Primeiro lugar: O Plano, vão apresentar, aprovar, etc. e coisa e tal. **Qual**
682 **é a notícia, que nós do Conselho, vamos ter desse Plano? Quando? Será Anual? Será no fim do**
683 **Plano? Será uma Consolidação? Enfim, qual é o processamento da fiscalização que esse Conselho**
684 **vai ter?”** Interpela **Almir Cirilo:** “Eu acho que isso é uma questão que nós podemos estabelecer aqui.
685 Por exemplo: Que anualmente sejam prestadas contas ao Conselho, do andamento do processo”.
686 Usa da palavra o Conselheiro **Sério Torres (da COMPESA):** “Estou na COMPESA desde 1978, sempre

687 na área de Operação e Manutenção de Sistemas. Eu acho que, seja qual for a entidade que implante
688 esse Plano, seja Secretaria de Agricultura, Infraestrutura ou Desenvolvimento Econômico, a grande
689 questão aí, é *depois do dessalinizador implantado*. Implantar, na realidade, qualquer um - tendo
690 recursos, tendo gestão, implanta, é mais fácil! E pelo que temos observado, o grande problema passa
691 pela solução, para manter esses equipamentos em funcionamento. Então, na minha opinião, você
692 tem que ter foco, gestão e recursos – tem que ter as 03 (três) coisas. O que a gente observa, pelo
693 menos aqui nos estados do Nordeste, é que onde esse modelo de saneamento difuso avançar um
694 pouco mais, é onde realmente se criou algumas entidades específicas para cuidar dessa questão do
695 saneamento difuso - como é o caso do ‘Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR’, no Ceará,
696 como é o caso da Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB, mas o SISAR é realmente mais
697 avançado do que a CERB, na Bahia. E pela minha experiência, que eu tenho de COMPESA, se for
698 esperar pela população, você não vai resolver isso, até pela incapacidade de recursos, incapacidade
699 técnica mesmo - daqui que você qualifique, é complicado. O SISAR tem algumas experiências boas,
700 nesse sentido, mas sempre com o apoio muito forte da entidade estatal. Por isso que eu acho que o
701 subsídio fiscal ele é muito necessário para a manutenção desse sistema, até porque – Almir sabe
702 disso: No segundo Governo Arraes, nós implantamos muitos dessalinizadores e, muitos deles, depois
703 foram totalmente desativados, sucateados. Se você não pensar em uma estrutura para manter,
704 daqui alguns anos, a gente está fadado a ver todos esses recursos irem por ‘água abaixo’. É só esse
705 foco que eu acho que, depois, temos que pensar bem direitinho”.
706 **Mário da Mota Limeira Filho (Prefeito de Riacho das Almas):** “Bom dia a todos e a todas. Nós temos
707 em Riacho das Almas, 12 (doze) dessalinizadores funcionando e há mais 06 (seis) para serem
708 implantados. Tivemos alguns problemas com a CELPE, mas a gente está terminando. Acredito que
709 em 30 de janeiro já teremos mais 06 (seis) funcionando, com mais 12 (doze), teremos um total de 18
710 (dezoito) dessalinizadores funcionando. A questão da manutenção eu não vi a explanação, mas
711 falando com a Prefeita Débora Severo (de São Bento do Una), foi citado isso aí. Eu só pediria a
712 questão de - se firmado o Contrato de Licitação com uma empresa, antes de terminar o prazo - que
713 essa empresa deixe tudo certo. **Por exemplo: Se o prazo de manutenção vai encerrar em março, foi**
714 **contratado pelo Ministério de Recursos Hídricos ou outro órgão do Governo, que seja avisado ao**
715 **Prefeito, a data exata, que será encerrada a manutenção daqueles poços e detalhar tudo, para**
716 **gente tomar alguma providência, para não ficarmos sem manutenção.** Porque hoje é o seguinte:
717 Mesmo tendo essa quantidade de dessalinizadores, nós não temos ainda em Riacho das Almas, duas
718 pessoas, três pessoas, que domine aquela tecnologia, é muito difícil! Eu digo a vocês, sinceramente,
719 eu tenho hoje três pessoas que trabalham com dessalinização de água e a gente ainda fica esperando
720 que alguém da empresa, vá para lá e resolva certas coisas. Algumas não, essas três pessoas já estão
721 dominando alguns setores - como parte elétrica, por exemplo. Mas têm coisas, dentro dos
722 dessalinizadores, que a gente ainda não tem essa tecnologia absorvida pelo município. Então fica
723 difícil, e na verdade, nós ficamos refém dessa empresa. Aí, eu pediria que quem for administrar, a
724 partir de agora, esse Programa Água Doce, que se possível, **avise todos os detalhes: O contrato da**
725 **empresa é ‘tal’, o telefone da empresa é ‘tal’, o técnico da empresa, que vai ficar nesse município, é**
726 **‘tal’. Porque aí facilitaria muito nossa vida no município.** Eu só tenho a elogiar por esse trabalho.
727 Quem conhece o serviço de dessalinização de água sabe a diferença. Nosso município, pra se ter uma
728 ideia, tem uma parte esquerda do município, em relação a Caruaru, que não se faz uma cacimba, não
729 se faz um poço, não tem um açude, porque não permitem. Nessa área a água não segura, não tem
730 dessalinizador. Na parte Norte do município, para se ter uma ideia, mesmo tendo a Barragem de
731 Jucazinho lá, quem sustenta o abastecimento de água são os dessalinizadores. Então, se tirasse os
732 dessalinizadores de Riacho das Almas hoje, a gente teria um grande problema de abastecimento
733 humano. **Então, eu louvo aqui a Secretaria, por essa ação da questão de dessalinizadores. A única**
734 **observação que eu faço é da manutenção,** infelizmente eu não assisti a explanação e não posso mais
735 falar sobre isso aí. Obrigado”. **Almir Cirilo:** “Prefeito, vamos ver a questão do operacional com a
736 empresa. Dr.Mauro já anotou suas observações. Tem um ponto importante, que eu queria lhe dizer,
737 que é o seguinte: A partir desse ano, a nova Licitação que nós fizemos, ela vale por 05 (cinco) anos.
738 Então, conseguimos convencer à Procuradoria do Estado, e esse é *um problema que a gente tinha,*
739 *que nós éramos ‘forçados’ a fazer licitações anuais.* Mas conseguimos convencer a Procuradoria

740 Jurídica do Estado, que são serviços contínuos, que não poderia ter esse tipo de problema. De forma
741 que a ***nova Licitação já foi firmada, e ela prevê a renovação, mediante o cumprimento da***
742 ***avaliação, feita pela Secretaria, do serviço da empresa. De maneira que nós não tenhamos mais,***
743 ***essa descontinuidade que nós tivemos no passado.*** Então, esse é um erro que nós já aprendemos a
744 corrigir e vamos continuar avançando nesse contexto. Acho que talvez tenha havido aí também um
745 erro, acho que é preciso ter mais contato com os Prefeitos - muitas vezes, não só com a comunidade,
746 para corrigir essas coisas. Então, são contribuições importantes, que a gente vai levando daqui”.

747 **Hélio Gurgel (Secretário Executivo de Recursos Naturais):** “Bom, não havendo mais quem queira
748 fazer o uso da palavra, faremos o encaminhamento para votação - ***Votação do Pleno deste Conselho***
749 ***Estadual de Recursos Hídricos, na XV Reunião Extraordinária do Conselho Estadual, através de***
750 ***Resolução, que aprova o Plano Estadual do Programa Água Doce – PAD - dessalinizadores, contido***
751 ***no nosso Regimento Interno, dentro da manifestação, através de Resolução, acompanhada com a***
752 ***Recomendação que foi acolhida por Dr. João Pessoa, de que este Conselho monitore as ações de***
753 ***implantação e desenvolvimento do programa.***Dessa forma ***a Resolução terá essa redação que***
754 ***aprova o Programa Estadual, com a Recomendação de que monitore.*** Então, expomos à votação e
755 como o assunto já vem sendo debatido atentamente por todos, quem estiver contrário à proposta se
756 manifeste. Não havendo nenhuma manifestação contrária, ***tem-se como certo de que os votos são a***
757 ***unanimidade, e este Conselho, assim decide, com o seu Pleno.*** Havendo ainda na pauta: Outros
758 assuntos a tratar, fica franqueada a palavra em Tribuna Livre. Usa da palavra o Conselheiro **Waldir**
759 **Duarte (da ABAS):** “Bom meus amigos, na quarta-feira próxima, passada, o Conselho Regional de
760 Engenharia e Arquitetura - CREA lançou, por ocasião da posse do novo Presidente para o triênio que
761 se segue, lançou o primeiro nome do Caderno do Semiárido. Esse Caderno do Semiárido, foi uma
762 iniciativa do nosso amigo Mário Antonino - um dos Notáveis Líderes da Justiça, juntamente com o
763 CREA e a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que foi quem publicou esse caderno. Esse
764 caderno irá versar sobre várias ações, e vários assuntos, todos relacionados ao Semiárido. E eu tive a
765 honra de ser ‘solicitado’ pelo colega Mário Antonino, a escrever o primeiro número do caderno. Este
766 primeiro número do caderno eu quero distribuir com vocês aqui. O Semiárido - O título é: Obras
767 ***Hídricas para Convivência com a Seca.*** Então, ele foi distribuído e ele possui duas grandes partes: O
768 primeiro capítulo, que é a conceituação sobre a seca, que envolve, além da definição de seca, a
769 Região Semiárida do Nordeste, o ciclo da água, a acumulação da água, sustentabilidade hídrica e
770 desperdício de água, importância da água, doenças provocadas por águas contaminadas, a crise
771 mundial da água, risco de escassez hídrica no Brasil e a desertificação, uso da água na Região
772 Nordeste do Brasil e águas superficiais e águas subterrâneas. O segundo capítulo é sobre obras de
773 infraestrutura hídrica, onde fala de demandas hídricas, planejamento, execução, operação,
774 manutenção, obras hídricas especiais e obras hídricas subterrâneas. Então isso é uma modesta
775 contribuição da nossa parte, em função da nossa vivência de mais 50 (cinquenta) anos, trabalhando
776 na Região Semiárida e vivenciando os problemas da seca, eu queria distribuir esse trabalho com
777 vocês”. Pediu a palavra a Convidada, Sra.**Eunice Ribeiro (Líder Comunitária da localidade Cajueiro)**
778 que narrou problemas na rede de distribuição de água em sua comunidade, comunicando não saber
779 do motivo, mas que a água das torneiras da comunidade, por alguns dias, ficou com odor de esgoto –
780 fato constatado por técnicos da Compesa, que resolveram o problema. Ressaltou ao ensejo, sua
781 preocupação com a ***continuidade do Projeto de Revitalização do Rio Beberibe e enfatizou que***
782 ***gostaria de ser convidada para as próximas reuniões do CRH.*** Segue com a palavra **Dr.Hélio Gurgel**
783 **(Secretário Executivo de Recursos Naturais):** “Muito obrigado Dona Eunice, o Conselho registra aí
784 todas as suas colocações e lhe tranquiliza, com relação a não haver nenhuma extinção. Está havendo
785 acomodações e arranjos necessários para o progresso, dentro da atuação das nossas metas comuns.
786 Isso aí, pelo contrário, será mais reforçado ainda”. Passa a palavra ao Conselheiro **Fredi Maia (da**
787 **FIEPE):** “***Eu queria fazer um pedido, uma Moção, à Direção do Conselho para que ela instale***
788 ***Câmaras Técnicas,*** para que esse Conselho possa ter uma vida efetivamente. O Sistema de Gestão de
789 Recursos Hídricos Brasileiro, instituído pela **Lei nº 9433**, ele prevê o papel de todas as suas entidades.
790 Ele é um sistema que é considerado de muito boa qualidade dentro do mundo. Aqui em
791 Pernambuco, infelizmente, nós não temos esse sistema funcionando, na medida em que é
792 necessário. E para que o Conselho Estadual - que é o órgão maior aqui dentro do Estado de

793 Pernambuco - para que ele tenha uma desenvoltura melhor, para que a sociedade, os membros dos
794 Conselhos possam auxiliar na condução, na elaboração, na discussão, na busca de soluções para isso.
795 Pernambuco é o estado que tem a pior condição hídrica dentro do Brasil. A gente precisa cuidar
796 desse recurso como quem cuida da vida - com um maior cuidado. A gente se ressentiu das Câmaras
797 Técnicas funcionando, para que a gente possa, dentro da Câmara Técnica, discutir os assuntos,
798 encaminhar as soluções para que, enfim, a gente possa exercer o papel. **Isto está previsto em Lei e**
799 **eu solicitaria à Presidência que fizesse a instalação, pelo menos, da Câmara Técnica Institucional de**
800 **Legislação - CETIL** - que deveria ter finalidade de acompanhar tudo isso que está acontecendo. Essa
801 miríade que nós temos dentro do Estado, de diferentes instituições, diferentes órgãos, diferentes
802 gerências, enfim. Isso, ela precisa trabalhar organicamente, são órgãos executores, não são órgãos
803 propositivos. Não é quem vai legislar e encaminhar as soluções e as decisões que devem ser
804 tomadas, no âmbito dos recursos hídricos. **Então, eu pediria que, pelo menos, essa câmara inicial -**
805 **que é a base, que fosse iniciado o processo de instituição dessa Câmara, para que ela venha a**
806 **funcionar**. No mais, eu queria registrar, agradecer ao Conselho, ao que houve, e desejar aos colegas
807 um Feliz Ano Novo e um Feliz Natal. Obrigado”. **Almir Cirilo**: “Nos últimos dias, Fredi Maia, nós
808 fizemos aqui umas reflexões sobre o Conselho: Temos reconhecido algumas falhas, que a gente vai
809 procurar concertar ao longo das próximas gestões, ou nós mesmos, ou deixarmos as recomendações
810 para que isso seja feito - e uma delas é exatamente o funcionamento das Câmaras Técnicas, dado
811 que apenas a de Água Subterrânea tem tido uma rotina mais frequente e mais usual. Então, isso que
812 você colocou está na nossa pauta, não vamos discutir quais as Câmaras Técnicas, nem se fazemos
813 alguma remodelação, isso não cabe na reunião de hoje, mas certamente, na primeira reunião da
814 próxima Legislatura, isso vai ficar registrado. Vamos fazer reavaliações para ver se as Câmaras
815 Técnicas, que já existem formalmente, são suficientes e adequadas, ou não. Mas
816 independentemente disso, eu concordo com você que a nossa reflexão foi exatamente em cima da
817 Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais, que nós entendemos que precisa ter uma
818 frequência de funcionamento, antes de cada reunião. Então, sua recomendação já está acatada
819 inicialmente, e fazia parte da nossa reflexão - que nós fizemos. Muitas vezes, você sabe que nós
820 somos atropelados por tantas contingências, que a gente tem tido. Isso é objeto de umas duas
821 reuniões, que nós fizemos de reflexão dos erros e acertos, para corrigir, para os próximos períodos.
822 Então, esse é o primeiro ponto. O segundo: Eu queria comentar aqui as questões da **Dona Eunice** e a
823 equipe que está representando o Rio Beberibe, são nossos companheiros de lutas há bastante
824 tempo. **O programa que nós iniciamos aí no passado, em 2009, de Revitalização do Beberibe**, eu
825 diria que está chegando ao final da sua primeira etapa. **Nós investimos quase os R\$ 63.000.000,00**
826 **(sessenta e três milhões de reais) dos recursos que nós recebemos, no primeiro momento**. Queria
827 deixar pra ela uma palavra, eu não diria ainda de tranquilidade, mas de uma boa expectativa, toda a
828 programação que nós fizemos para os anos de 2015 até 2018 e até 2035 a senhora já ouviu falar no
829 Programa Pernambuco 2035 - que estão aí, está levantado, contempla com muita força a questão da
830 revitalização dos nossos rios urbanos. E **o Programa do Beberibe deve continuar, ele está na pauta**
831 **da programação que nós fizemos para 2015**. Foi entregue ao Governado eleito, Paulo Câmara, e nós
832 temos uma boa expectativa de que aquelas ações, que ainda precisam ser feitas, do ponto de vista
833 de dragagem, serão feitas. Do ponto de vista da questão de esgotamento sanitário, a senhora
834 entenda que isso é um programa maior que está em desenvolvimento. Então, isso faz parte do
835 Programa de Parceria Público-Privada do Saneamento – **‘PPP do Saneamento’**. Está lá nos objetivos,
836 que estão acordados com as empresas, com a empresa gestora do processo. As ações estão lá,
837 acontecendo: **A recuperação da Estação de Tratamento dos Esgotos e a Coleta dos Esgotos - já está**
838 **sendo iniciada e refeita**. Apenas deixando muito claro, que isso é um trabalho que a gente não vai
839 conseguir resolver de uma hora para outra. A questão do esgotamento sanitário é o maior problema,
840 entre aqueles que dizem respeito aos recursos hídricos nas regiões densamente urbanizadas, como a
841 de Recife. Há um outro problema muito sério, que é a questão dos resíduos sólidos. Nós temos feito
842 reuniões sistemáticas aqui, com a Prefeitura. Há um programa, principalmente ali na Região do Canal
843 do Arruda, que está em andamento. Existem alguns percalços, que a gente ainda percebe, que são
844 aqueles catadores de lixo lá da região, e os processos de triagem. Mas eu queria tranquilizar a
845 senhora, que os gestores que até hoje trabalharam dentro desse programa, deixaram o programa

846 pensado e estruturado, para que ele tenha continuidade. No que diz respeito às funções da
847 Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, eu queria lhe dizer o seguinte: Elas estão sendo
848 transferidas em bloco, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDEC. Então, a COMPESA
849 passa para a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Executiva de
850 Recursos Hídricos também passa. Do contexto da Secretaria de infraestrutura: Saiu Transportes, mas
851 permanecem as funções de água e de energia e elas passam, nesse novo Governo, para a alçada da
852 Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC. O Secretário já foi amplamente noticiado, aqui
853 pela Imprensa, o nosso companheiro Thiago Norões, que era o Procurador Geral do Estado, que tem
854 por força da sua função, um conhecimento muito profundo, principalmente dos problemas, porque
855 todos os problemas terminam caindo lá na Procuradoria Geral do Estado. Então, ele sempre foi um
856 parceiro muito ativo da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, nas soluções dos problemas e
857 ele está muito atento e muito ‘antelado’ com a questão. Já tivemos algumas reuniões com ele, nesse
858 sentimento. E nós temos todas as expectativas de que o programa vai continuar. O Governado Paulo
859 Câmara, tem na sua cabeça, todos os programas que já foram feitos aqui na questão de água e
860 também energia. Desde o Governo Eduardo Campos, nós tivemos muitas reuniões com eles,
861 passamos relatórios e uma Programação até 2018. Então, foi iniciativa nossa e não era só para ele,
862 deixamos isso para quem fosse o Governador Eleito. Nós fizemos isso desde cedo, quando começou
863 o processo de sucessão. Nós preparamos para encaminhar para o Governador que fosse eleito. Para
864 nós, é muito mais tranquilo que foi Paulo Câmara o eleito, porque era da equipe e conhece muito
865 bem o andamento dos programas que aqui estavam sendo desenvolvidos. E ele projetou isso no seu
866 Programa de Governo e nós temos todas as expectativas positivas, de que nós tenhamos no final,
867 apenas um repensar do Modelo de Gestão, digamos, no nível macro. Mas, os programas e as ações
868 que foram iniciados lá, desde a Gestão de Eduardo Campos, vão todos ser continuados e esperamos
869 ainda, com uma força redobrada, para que cheguemos às soluções dos problemas. Nós temos a
870 mesma expectativa, eu lhe diria que o grosso da equipe vai continuar. Então nós temos a mesma
871 expectativa de manter o mesmo processo, o mesmo programa de monitoramento. Eu preciso até
872 esclarecer, até para os senhores, que no caso da Revitalização do Beberibe, Eduardo Campos
873 determinou que toda última sexta-feira, de cada mês, nós nos reuníssemos aqui na Secretaria, para
874 acompanhar as ações e discutir os problemas com a comunidade, e nós fizemos isso, religiosamente,
875 esse tempo todo, e nós temos aí com a senhora o compromisso de que vai continuar da mesma
876 forma. Então, a senhora vai ter que aguentar aqui, muitas caras conhecidas ainda, está aí Dr. Mauro
877 à frente e a mesma equipe. Isso sempre foi um trabalho muito claro, muito jogo aberto. Nós sempre
878 trouxemos muitos problemas para vocês. Vamos sempre, cada vez mais, trazer as Prefeituras para
879 junto, e claro, sabemos que as dificuldades existem, e temos procurado superar. Mas eu queria
880 deixar para a senhora uma palavra de muito boa expectativa, e é claro que tudo isso ainda está
881 sendo construído, mas as grandes diretrizes foram estabelecidas. Então, já tivemos reuniões com a
882 nova equipe e há todo um processo, toda uma expectativa, de que todas as ações que eram
883 desenvolvidas, no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, vão continuar sendo
884 mantidas dentro desse novo Governo”. Mais uma vez usou da palavra a Sra. **Eunice Ribeiro (Líder
885 Comunitária da Comunidade do Cajueiro)** que manifestou seu desejo de ***que o Governo do Estado e
886 às Prefeituras de Recife e Olinda, promovam uma Audiência Pública, para priorizar as obras de
887 Revitalização do Rio Beberibe e para que o referido projeto seja de responsabilidade de uma única
888 Secretaria.*** Dando continuidade ao tema, usou da palavra o Sr. **Antônio Ribeiro (da Comunidade do
889 Cajueiro): “Que o Governador fortaleça as Comissões que acompanham a obra do Rio Beberibe.** Eu
890 faço parte do Conselho Distrital de Saúde, faço parte do Conselho Distrital de Defesa Civil. E é uma
891 coisa que nós estamos precisando muito da atenção de vocês, com relação também às Comissões do
892 Rio Beberibe, **são mais de 5.000 (cinco mil) famílias, que vão ser beneficiadas, direta e
893 indiretamente, depois desse projeto executado.** Obrigado”. **Hélio Gurgel (Secretário Executivo de
894 Recursos Naturais): “Obrigado companheiro! Não havendo mais nenhuma manifestação, *havendo
895 sido cumprida a pauta, com a aprovação do Plano de Estadual do Programa Água Doce para
896 Pernambuco, através de Resolução, pelo Pleno do Conselho,*** passamos a palavra ao Professor **Almir
897 Cirilo, para o encerramento desta sessão do Conselho”. Almir Cirilo: “Bom, eu queria, em breves
898 linhas, agradecer ao trabalho que foi feito aqui, por todos. 2014 foi um ano muito difícil, sob muitas**

899 perspectivas. Todo mundo aqui acompanhou as dificuldades de recursos, dificuldades de transições,
900 a perda do nosso maior líder político. Tudo isso nos trouxe uma série de problemas, que ao mesmo
901 tempo, nos trouxe um aprendizado: ***Em cima das dificuldades e dos erros, é que a gente vai***
902 ***crescendo***. Então, eu queria aqui deixar um compromisso, meu e da equipe: Que 2015 vai ser
903 melhor, nossas dificuldades vão ser superadas, gradativamente. Vamos procurar ‘*novos erros*’,
904 porque tem uma coisa que René Descartes dizia que era: ‘*Porque cometer os mesmos erros, se há*
905 *tantos erros novos a cometer?*’. Então, vamos procurar corrigir os erros antigos e que venham os
906 erros novos, para que a gente vá aprendendo mais e mais. Agradecemos a presença de todos,
907 desejamos um Feliz Natal, um Ano Novo Próspero, com muitas realizações, com muita saúde para
908 vocês e suas famílias”.

910

911

912

JOSÉ ALMIR CIRILO
Secretário Executivo de Coordenação da SEINFRA